

CMN deve oficializar hoje o fim da moratória externa *Divida*

Para ungir o acordo do Brasil com os credores em torno dos juros da dívida externa, que na prática significará o fim da moratória, e suspender a intervenção do Banco Central em nove bancos estaduais, o Conselho Monetário Nacional se reunirá hoje, a partir das 15 horas. Na ocasião, será também feita a compatibilização das operações do mercado financeiro ao pacote fiscal anunciado pelo ministro da Fazenda, Bresser Peretira.

O acordo que o Brasil firmará no próximo dia 18 com os bancos credores destina-se ao pagamento dos US\$ 4,5 bilhões de juros da dívida externa vencidos em 87. Para tanto, o Governo brasileiro receberá um empréstimo-ponte de US\$ 3 bilhões e desembolsará US\$ 1,5 bilhão de suas próprias reservas cambiais, suspendendo assim a moratória decretada desde 20

de fevereiro. A partir de 15 de janeiro, o País inicia as negociações para um acordo global da dívida externa.

EXIGÊNCIAS

Para emprestar os US\$ 3 bilhões, os credores exigiram o aval específico do Tesouro Nacional, que por sua vez exige a aprovação política do Conselho Monetário Nacional. Conforme o esquema de financiamento dos juros da dívida, negociado pelo assessor especial do Ministério da Fazenda, Fernão Bracher, o Brasil realizará seu desembolso de US\$ 1,5 bilhão em três parcelas, respectivamente nos dias 22 e 30 deste mês e em 11 de janeiro.

O CMN apreciará também as condições do acordo fechado no início do ano com o Clube de Paris para este segundo semestre, que previa a rolagem do princi-

pal e pagamento dos juros de janeiro a junho de 87, esquema adotado pelo País só a partir de julho.

FIM DA INTERVENÇÃO

Outro ponto importante da reunião do CMN ~~será o fim da~~ intervenção de ~~banco estadual~~ em nove bancos estaduais cuja dívida total é de ~~cerca de~~ 250 bilhões. Pela ~~proposta~~ apreciada, deverá ser transferida aos governos estaduais a dívida dos bancos de Santa Catarina, Rio de Janeiro, Pará, Mato Grosso, Maranhão, Bahia, Ceará e Minas Gerais (e suas Caixas e Crediais).

O CMN deverá aprovar, por esta proposta, a criação do programa de apoio financeiro aos estados, que permitirá novos empréstimos, além das dívidas originais com o Tesouro para capitalização dos bancos.